



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ALINE OLIVEIRA DE MOURA**

**NAS TRAMAS DO POLÍTICO: ESTUDO DAS RELAÇÕES DE PODER EM  
TRIUNFO – PB (1961-1968).**

**CAJAZEIRAS – PB  
2014**

**NAS TRAMAS DO POLÍTICO: ESTUDO DAS RELAÇÕES DE PODER EM  
TRIUNFO – PB (1961-1968).**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Lucinete Fortunato.

**CAJAZEIRAS – PB  
2014**

**ALINE OLIVEIRA DE MOURA**

**NAS TRAMAS DO POLÍTICO: ESTUDO DAS RELAÇÕES DE PODER EM  
TRIUNFO – PB (1961-1968).**

Monografia aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lucinete Fortunato (UFCG)  
(Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Vieira de Sousa  
(Examinadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana Moreira Neto  
(Examinadora)

---

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos  
(Suplente)

---

Prof. Ms. Isamarç Gonçalves Lobo  
(Suplente)

**CAJAZEIRAS – PB  
2014**

## **DEDICATÓRIA**

Para minha mãe **Dilma Mateus de Oliveira** e minha avó materna **Raimunda Mateus de Oliveira** (*in memória*), as pessoas com quem sempre pude contar incondicionalmente, pela dedicação, carinho e presença constante na minha vida. Dedico ainda a meu pai **José Antonio dos Santos de Moura** (*in memória*). A minha família de modo geral pelo incentivo, pelo amor e apoio.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é essa a palavra que trago agora para demonstrar o meu sentimento para com todos os que contribuíram para a efetivação deste trabalho monográfico.

Confesso que foi um percurso muito longo. A caminhada foi difícil em meio a tantos obstáculos, mas sempre existiram ao meu lado pessoas que colaboraram para que eu trilhasse esse caminho e não desistisse. Sinto-me imensamente feliz, pois venci essa etapa da minha vida com muito esforço, dedicação, coragem e fé.

Agradeço primeiramente a minha fonte de sabedoria, de vida e de luz, Deus, pelo dom da vida e a sabedoria que me permitiu sempre fazer as melhores escolhas.

De modo especial, agradeço a minha família pelo apoio incondicional, Ao maior presente que Deus me concedeu, a mãe maravilhosa que é D. Dilma, que, apesar de eu já ser adulta, ela não deixa de cuidar dos meus estudos, sempre disposta a me proteger, a me incentivar, a me defender e, sobretudo, a me amar com as minhas imperfeições. Agradeço-lhe, mãezinha, pela presença constante em minha vida e pela educação que me deu.

Agradeço a minha avó materna, D. Raimunda, que sempre me ouviu, me acolheu e, em seu silêncio, me deu força nas horas de dificuldade e medo, mas que, infelizmente, hoje se encontra em outro plano. Obrigada, vovó, pela sabedoria e pela companhia, pois sempre esteve pronta para me compreender. Mamãe e vó, vocês foram instrumentos de Deus em minha vida, mas Deus ainda tinha muito para me oferecer. Por isso, agradeço a Vilma, tia e irmã querida, que me fortalecia com suas orações e com seus conselhos. Agradeço a minha irmã Arlene e família. Em especial a Amanda Alves, pessoa de grande estima e importância nesse último mês, que me recebeu em sua casa e suportou meu estresse, mau humor e cansaço, pelas vezes que me ajudou nos momentos de aflição, bem como nas horas felizes e de descontração. Estendo, também, os meus sinceros agradecimentos.

Também deixo meus agradecimentos à professora Doutora Maria Lucinete Fortunato pela paciência a mim dedicada. Foi ela quem me orientou para a realização da pesquisa e produção textual. Sempre me direcionava sabiamente, da melhor maneira possível.

Agradeço ao corpo docente de Graduação em História da UFCG, que ministraram as disciplinas cursadas por mim no âmbito da minha formação – Professor

Doutor Dionísio Neto, Estrela, Professor Mestre Francisco Firmino Sales Neto, Professor Mestre Francinaldo Bandeira, Professor Mestre José Antônio, Professor Mestre Leonardo, Professora Doutora Maria Lucinete, Professor Mestre Isamar Lôbo, Professor Doutor Osmar Luis Filho, Professor Doutor Rodrigo Ceballos, Professor Mestre Rubismar Galvão, Professora Mestre Viviane Ceballos, Professora Doutora Silvana Vieira, Professor Mestre Paccelli Gurgel (In Memória).

Agradeço a banca examinadora do meu trabalho, por participar e assim contribuir com o enriquecimento desse estudo.

Os meus agradecimentos também aos funcionários da UFCG, principalmente a querida dona Marta e também a dona Joana pelo carinho, dedicação e paciência.

Agradeço ainda a Antonio Aurélio Cassiano de Andrade, pela paciência e disponibilidades a mim dedicadas, quando, por incontáveis vezes, o procurei solicitando textos e documentos que me auxiliassem na pesquisa sobre o município.

Agradeço ainda aos meus amigos e colegas da graduação. A todos gostaria de agradecer, mesmo sem citar nomes, pelo carinho e pelas palavras de incentivo.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho, deixo o meu “muito obrigada”.

“Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”.  
[Chico Science](#)

## **RESUMO**

O presente estudo focaliza as relações de poder no município de Triunfo - PB, (emancipado de São João do Rio do Peixe em 22 de dezembro de 1961), localizado na mesorregião do Sertão, situado à 590 km da capital, João Pessoa, e que conta com a população de 9.220 habitantes (censo 2010). Para a realização da pesquisa trabalharemos com fontes bibliográficas e documentais. Serão enfocadas as eleições municipais no período de 1961 a 1968. Discutiremos o conceito de “coronelismo”, sua origem, estrutura e declínio, considerando a complexidade do debate que o uso deste conceito proporciona, bem como as características dos coronéis nas Ciências Social e política e na historiografia. Também contextualizaremos as relações de poder no Estado da Paraíba durante o Governo Civil Militar, a fim de apreender até que ponto, no município de Triunfo-PB, durante o período estudado, as relações de poder possuem traços do dito “sistema político coronelista”.

**PALAVRAS-CHAVES:** política; poder local; coronelismo.



## **ABSTRACT**

This issue focuses the power relations in Triunfo city. In fact, that city is situated in Paraíba state and it was emancipated from São João do Rio do Peixe city in December 22, 1961. Triunfo is localized in Backwoods Region, it is faraway from João Pessoa, the Paraíba's capital, more exactly 950 kilometers, and its population number 9,220 inhabitants according to 2010 census. It will be focalized the municipal elections relative from 1961 to 1968. For achievement this search, we will work with bibliographical and documentation sources. It will discuss the “*coronelismo*” concept, how was its beginning, framework and decay, considering the intricacy discussion that concept promotes, moreover, the colonels' characteristics in Social Sciences, politic and historiography. Contextualizing the power relations in Paraíba state while Military Civil Government in order to learn how, in Triunfo city, during this studied period of time that power relations showed aspects of the “*coronelismo* power system”.

**KEYWORDS:** politic; power local; *coronelismo*.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI: Ato Institucional

API: Associação Paraibana de Imprensa

APRA: Associação dos Proprietários da Paraíba

CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia

CEPLAR : Companhia de Educação Popular da Paraíba

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

DOPS: Departamento de Ordem Policial e Social

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

FJD: Frente da Juventude Democrática

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

LILA: Liga dos Proprietários

MSD: Movimento Sindical Democrático

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

UDN: União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: CORONELISMO E CLIENTELISMO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL EM TORNO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>14</b>
1.1- O Conceito de Coronelismo: suas construções e formas de abordagem.....	15
1.2. Os fundamentos sobre os diferentes conceitos do coronelismo e as diferentes imagens do “coronel”.....	19
1.3 O coronelismo na perspectiva do deslocamento entre o âmbito nacional para o regional.....	23
<b>CAPÍTULO II: AS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL NO PERÍODO DO GOLPE CIVIL-MILITAR..</b>	<b>27</b>
2.1. O município de Triunfo – PB: Um breve relato histórico.....	34
<b>CAPÍTULO III: AS RELAÇÕES DE PODER EXERCIDAS NO PERÍODO ELEITORAL EM TRIUNFO (1961- 1968).....</b>	<b>41</b>
3.1. Um compromisso coronelístico?.....	41
3.2. Bang-bang: da violência à alternância do poder.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO:

Observando a literatura especializada sobre o poder local, nos defrontamos com a variação do uso e do sentido do entendimento do termo “coronelismo” ao longo da história brasileira. Fenômeno esse considerado extinto por diversos autores, mas, em contrapartida, associado por outros, as modernas estruturas de dominação no Brasil. No que diz respeito às relações de poder em pequenos municípios, destacou-se, inicialmente, o clássico estudo de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto. O voto e o regime representativo no Brasil”, publicado pela primeira vez em 1949, onde o autor idealiza compreender o funcionamento da política no interior do Brasil da Primeira República (1889-1930). Nesta obra se encontra a definição mais clássica do fenômeno do “coronelismo”, ligado intrinsecamente a estrutura agrária latifundiária. Leal faz um importante questionamento que norteia seu estudo: como uma antiga forma de dominação persiste em uma sociedade moderna e democrática como a brasileira? Este questionamento se faz atual, quando analisamos dados recentes do município de Triunfo – PB no sertão paraibano, localizado a 590 km de João Pessoa.

E é neste sentido que o nosso trabalho tem por intuito problematizar as relações de poder no município de Triunfo – PB, a partir de observações da prática corrente da política local, no período de 1961 a 1968, priorizando o processo político eleitoral e buscando apreender o seu funcionamento e significado. Para tanto, analisar-se-á o conceito de “coronelismo” na literatura política brasileira, considerando a sua definição e sua possível utilização neste estudo, bem como as relações de poder no estado da Paraíba durante o Governo Civil Militar.

A questão que nos propomos investigar exige uma ampla reflexão dos indícios políticos considerados “arcaicos” e incessantes nos municípios brasileiros, sobretudo no Nordeste, visto que, mesmo com a consolidação de uma democracia representativa, a crescente urbanização, a difusão do trabalho assalariado, do voto livre, etc., culturalmente, alguns autores defendem que perpetuam-se ações políticas que legitimam o discurso do poder coronelista.

Provavelmente o “coronel” - a mítica figura do latifundiário pré-capitalista, exerce seu domínio sobre os trabalhadores que dependem de suas terras - já tenha sido extinto. Entretanto, para muitos estudiosos é notável que as características descritas do

sistema coronelista perdurem isto é: os currais eleitorais; a fidelidade ao “coronel” em época de eleição e a vinculação das escolhas nos diferentes níveis da eleição (estadual e federal); o chefe político local que apoia os candidatos governistas em nível Estadual e Federal, dando-lhes votos em troca de recursos; o medo presente nas pessoas em “desrespeitar seu chefe político”, apontado pela população como o único capaz de trazer recursos ao município; o empreguismo; o favoritismo etc.

O tema tem sua relevância na carência de estudos sobre o processo político nos pequenos municípios paraibanos durante o governo civil militar, bem como na caracterização do funcionamento desses microssistemas.

Assim sendo, tendo como objetivo a identificação das relações de poder em nível local as hipóteses de trabalho recaem sobre a persistência de estruturas tidas como “arcaicas” na política brasileira.

O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Na pesquisa empírica utilizamos dados eleitorais coletados no Tribunal Superior Eleitoral da Paraíba, informações obtidas nas atas da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores de Triunfo-PB e periódicos. Na pesquisa bibliográfica, trabalharemos com historiadores e cientistas sociais estudiosos desta temática. Seguiremos o seguinte percurso:

No capítulo I, busca-se entender a variação do conceito “coronelismo” na literatura especializada. Serão comparadas as características políticas dos pequenos municípios dominados por “coronéis”, descritas por Leal e outros autores, feitas com análises e observações da realidade local.

No capítulo II, será feito um breve relato histórico sobre a conjuntura política do Estado da Paraíba e no município de Triunfo- PB na década de 1960, analisando sua emancipação e grupos políticos, bem como o desenvolvimento da política local e suas implicações para a sociedade triunfense, no período em análise.

No capítulo III, analisaremos as relações de poder exercidas no município de Triunfo-PB, durante os períodos eleitorais, considerando as relações entre os poderes municipal, estadual e federal e apontando as práticas correntes da política local que levam a permanência e/ou alternância do poder municipal no decorrer da década de 1960, a fim de apreender até que ponto, durante o período estudado, as relações de poder possuem traços do dito “sistema político coronelista”.

## **1. CORONELISMO E CLIENTELISMO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL EM TORNO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS BRASILEIRAS.**

O conceito de “coronelismo” pode ser encontrado em diversos estudos de sociólogos, historiadores e cientistas sociais. É compreendido como a forma de exercício do poder local elencado aos poderes Estadual e Federal. Analisando obras escritas por alguns estudiosos dessa temática, Fortunato (2008, p. 17), afirma que esse fenômeno encarado como sistema político foi construído e reelaborado na década de 1930, sendo, desde então, utilizado para caracterizar as manobras políticas brasileiras correspondentes, ao que se costuma apontar como um sistema político, do qual resulta o clientelismo e/ou mandonismo<sup>1</sup> local evidenciado com maior vitalidade durante a Primeira República (1889-1930). Segundo a autora,

O conceito de coronelismo e a imagem do coronel foram construídos e reelaborados desde a década de 30 do século passado por uma vasta produção intelectual e literária, e vêm sendo utilizados para caracterizar os jogos da política, através de vários enunciados, durante toda a história do Brasil. (FORTUNATO, 2008, p.7).

Todavia, ao examinarmos a literatura especializada, é possível perceber que a definição desse conceito é bastante complexa, o que impossibilita que o mesmo seja compreendido de modo homogêneo, pois no decorrer da República Velha, o “coronelismo” assumiu uma gama de características de acordo com região e as peculiaridades das manifestações de poder no local de sua ocorrência.

Averiguaremos aqui a utilização do conceito de “coronelismo” nas obras de alguns estudiosos, buscando compreender como é apresentada em seus enunciados, a relação entre os discursos que fazem referência as esferas desse jogo político, sobretudo, ao longo da República Velha, e por meio dessa análise, perceber se e até que ponto as relações de poder desenvolvidas no município de Triunfo-PB podem ser caracterizadas enquanto relações “coronelísticas”.

---

<sup>1</sup> De acordo com Carvalho (1997), é o termo utilizado para definir uma das características do exercício do poder por estruturas oligárquicas e personalizadas, ao longo da história do Brasil. O mandão – o chefe ou coronel-, é o indivíduo de posse do controle de recurso estratégico, como a propriedade da terra.

Ao investigarmos as descrições conceituais que elaboram o conceito de coronelismo, utilizaremos textos e imagens sobre o citado conceito, buscando nesses discursos caracterizar suas origens, fundamentos, conceitos e o declínio, pois, de acordo com Fortunato (2008, p.18-19): “em cada discurso aparece um diagnóstico a respeito das causas, das características e das reelaborações do coronelismo. Até que ponto existe certos deslocamentos nestes discursos que podem fazê-los surgir como múltiplos?”.

Um primeiro ponto a considerarmos é o que diz respeito à perpetuação dessa imagem do coronel, bem como a manutenção das relações de poder e mando pessoal que servem de base a esse sistema político enraizado em nossa sociedade, pois mesmo com as transformações sociais ocorridas, parece ser notória a persistência de diversas práticas e características que alicerçaram o coronelismo, sob novas roupagens.

Em função dessas indicações, Leal (1997, p. 40), afirma que o coronelismo:

É sobretudo um compromisso, uma troca de proveito entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Neste sentido, torna-se evidente que o “coronelismo” constitui-se como um fenômeno típico da história política do Brasil, especificamente nos municípios do interior, onde as estruturas sociais e econômicas, inadequadas, favorecem a (co) existência desse sistema político, com as relações de poder vigentes em nossa contemporaneidade.

### **1.1 – O Conceito de coronelismo: suas construções e formas de abordagem.**

Uma das divergências presentes nas obras acerca do “coronelismo” refere-se a sua origem. Ao explorarmos a literatura especializada no tema, constatamos que não existe um consenso quanto ao período exato de seu surgimento, torna-se bastante complexo a formulação de um conceito mais preciso, uma vez que, de acordo com a postura teórico-metodológica assumida por cada autor, é atribuído um marco temporal diferenciado, objetivando, assim, revelar suas raízes e táticas de manutenção do poder.

Victor Nunes Leal (1997) constrói seu discurso partindo da ideia que o “coronelismo” seria uma prática política iniciada ainda na colônia, e que, com o advento da República adquire mais expressão dentro do Estado.

Para Leal, o “coronelismo” seria um complexo sistema político, que desde o período colonial passa por transformações que lhe assegura a permanência na cena política do país e assim, o define:

(...) concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitado poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1997, p. 40).

Desse modo, percebemos que a ideia de Leal concentra-se em descrever tal fenômeno como resultante da divergência entre a superposição de uma estrutura política subordinada ao poder dos senhores da terra, que já se encontravam em franca decadência, o que torna o coronelismo um fenômeno complexo, com peculiaridades que se referem a cada município e ao período da história em que este ocorre. Logo, autor afirma que:

O ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1997, p. 40).

Como indicado acima, podemos visualizar outra característica fundamental desse sistema político: o poder público, gradativamente fortalecendo-se enquanto os mandões locais acabam tendo sua influência sobre o eleitorado diminuída. Ressaltamos, ainda, que para Leal é impossível analisar os conceitos de “coronel” e “coronelismo” sem a referência a estrutura agrária, notadamente, predominante no país no período de maior expressão do fenômeno.

Contrapondo-se a essa visão de Leal (1997), alguns autores afirmam que tal fenômeno teria surgido no seio das relações políticas da sociedade brasileira apenas no Império, é o caso de Faoro (2004) e Queiroz (1997). De acordo com Queiroz,



Em sua multiplicidade de aspectos e em sua evolução, desde a época colonial, sob o rótulo genético de mandões locais. O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes políticos que compõe o mandonismo local brasileiro – datado porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República; o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcam o Brasil.(QUEIROZ, 1997, p. 159-160).

Nessa perspectiva, Queiroz aponta o coronelismo como a instituição de “uma escala”, em forma de pirâmide, na qual o poder econômico e político encontram-se claramente interligados sob o ponto de vista político, sendo a figura do coronel a representação de uma camada média, pois de um lado estariam o poder central, regional ou estadual e de outro, as massas votantes, que mesmo após as modificações no processo eleitoral continuaram a obedecer aos “mandões” locais que já constituíam a base da estrutura eleitoral municipal.

Na visão de Faoro (2004), o coronelismo é fruto de uma superestrutura imperial, a política dos governadores, que possibilitou ao presidente da República manejar verticalmente o poder nos estados, por meio da Guarda Nacional e da designação dos governadores das províncias, por sua vez, eram estimulados e favorecidos pelos poderes locais, conseqüentemente, determinou o surgimento das oligarquias.

Assim é explicado por Faoro:

Nos primeiros arrancos republicanos, com o Exército na chefia do governo e nomeados os governadores – nomeação que ainda será a regra com Floriano -, a estrutura não sofrerá alterações. A dinâmica do regime, eletivos os cargos, sobretudo o cargo de governador, leva a deslocar o eixo decisório para os Estados, incólumes os grandes, cada dia mais, à interferência do centro, garantindo-se e fortalecendo-se este com o aliciamento dos pequenos, num movimento que culmina na política dos governadores. Dentro de tal sequência é que se afirma o *coronelismo*, num casamento, cujo regime de bens e relações pessoais será necessário determinar, com as oligarquias estaduais. (FAORO, 2004, p.621).

Diante desse processo, Faoro denomina de “engenharia político-eleitoral” a trama que reprimiu o poder dos municípios, encerrando a eletividade dos governantes nos municípios, trocando estes por intendentes apontados diretamente pelo governador da província, federal ou estadual.

O autor concorda com Queiroz (1997) quando aponta a restrita participação popular nos processos eleitorais após o fim do Império. Isso se dava pela permanência no regime capacitário na Primeira República, por meio do Decreto 200 A, de 8 de fevereiro de 1890. Desse modo, Faoro (2004, p. 621), coloca que:

A política será ocupação de poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. A direção política corresponde a direção econômica e social, em interações mútuas, onde não se deve excluir, por mero preconceito de escola, o impulso primário de poderes estatais, em nível federal e local.

Na compreensão de Maria de Lourdes M. Janotti (1992), as raízes do poder coronelístico também se encontravam sedimentadas desde o Império e com o advento da República, o coronel teve seu papel ampliado dentro da nova estrutura política, sendo assim explicadas:

Estas são identificadas no processo de formação da riqueza das classes rurais e comerciantes. O poder pessoal, decorrência linear do econômico, se fortalece desde a Colônia, onde o poder não se estrutura plenamente. A antiga expressão ‘Homem de valor, homem de posição’ contém implicitamente a aceitação da autoridade social do poder privado. O exercício do mando político, desde a segunda metade do século XIX, pelo Coronel é necessário e fundamental para o regime republicano. (JANOTTI, p. 11-12).

Janotti afirma o reconhecimento dessa autoridade e de seu prestígio político, estenderam-se desde a Presidência de Campos Salles até as vésperas da Revolução de 1930, a partir daí, a influência exercida pelos coronéis entra em decadência, sendo mais perceptível em áreas onde a economia era menos expressiva. Contudo, ressalta-se, que a autora não fala no fim desse sistema, mas em transformações em sua estrutura em decorrência das mudanças sociais e do desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, assumindo conotações renovadas, sempre que preciso, o coronelismo seria um fenômeno “elástico”. A partir das considerações de Janotti, podemos perceber a conjuntura econômica de municípios como Triunfo-PB, cuja baixa produção econômica e a pobreza da maioria da população, o credenciam como possível lócus dessa permanência do sistema de compromissos coronelísticos, defendida por alguns estudiosos.

Ao fazer análise da temática, Fortunato (2008) aponta que Janotti (1992) e Faoro (2004) concordam que, durante a Primeira República, na busca pela centralização, o Estado acabou cedendo mais uma vez ao poder local:

Nesse sentido, Janotti concorda com Faoro quando faz menção à ‘coloração estadualista’ assumida pelo ‘coronelismo’ na Primeira República e defende a tese de que o poder privado do coronel continuou a ser ‘desmesurado’, pois o Estado, em busca de centralização, viu-se obrigado a ceder mais uma vez ao poder local. Defende, ainda, que aos coronéis, são atribuídos novos encargos e, com a extensão do voto, estes eram obrigados a submeter o poder que haviam herdado das estruturas do mandonismo aos poderes superiores dos chefes da política estadual. (FORTUNATO, 2008, p. 21).

Na concepção de Fortunato (2008), o coronelismo pode ser considerado a base dos nossos usos e costumes políticos, que se articula com fatores ‘reais’ e ‘imaginários’ construídos no decorrer dos séculos.

Tendo como base o exposto até aqui, percebemos que cada texto está imbuído em um discurso diferente, estabelecendo um marco de origem diferenciado para o coronelismo. Entretanto, todos os discursos analisados, centram-se no mesmo objetivo: discutir o coronelismo e a imagem do coronel em suas dimensões estruturais, enfatizando sua participação na economia e política do país, apontando os mecanismos dos quais esse fenômeno fez uso para o seu desenvolvimento, sobretudo, durante a Primeira República. Para Fortunato (2008, p. 27):

A criação do conceito de coronelismo está imbuída do compromisso político de produzir uma realidade e criar um olhar que leve a sociedade a ver relações de dominação como sendo naturalmente dadas pela riqueza. Nesse caso, as lutas políticas são apontadas como lutas que só se processam entre os segmentos sociais ‘dominantes’ e o Estado, colaborando, assim, com a perpetuação das relações de dominação. O conceito, contudo, possui limites e dispersões que nos permitem visualizar tanto as condições que possibilitaram a sua invenção, quanto o seu próprio desgaste.

## **1.2 - Os fundamentos sobre os diferentes conceitos do coronelismo e as diferentes imagens do “coronel”.**

Como explicitado acima, o conceito do coronelismo vem sendo construído dentro da literatura especializada, de modo complexo e divergente, apontando assim,

problemas quanto à origem e periodização do coronelismo brasileiro, pois como já foi dito, tal fenômeno não se configura de modo homogêneo. Para Fortunato (2008, P. 28),

Considerando que o coronelismo é um conceito proposto para definir de forma unívoca as relações entre as esferas de poder local, estadual e federal na história do Brasil, mas que se multiplica em divergentes (re) formulações, suscitando imagens e discursos diferenciados, verificaremos também as várias formas de conceituação do coronelismo presentes nos discursos que estamos analisando.

Ressaltamos ainda, que o discurso de Fortunato aponta para um coronelismo, o qual está enunciado na literatura acadêmica como uma forma única de vinculação entre as esferas de poder em nível local, estadual e federal dentro da trama política brasileira e tem sofrido, ao longo do tempo, (re)formulações conceituais quanto a sua definição e imagem. São justamente essas (re)formulações que possibilitam os diferenciados conceitos e/ou imagens desse fenômeno presentes na literatura política nacional, evidenciando-se as peculiaridades regionais e temporais.

Assim, na perspectiva sociológica de Queiroz (1997), as bases do poder coronelístico estavam concentradas no carisma pessoal do chefe político, esse seria o principal fator a ser somado ao poder econômico e/ou o apoio de sua parentela, possibilitando o exercício do mando nos diversos níveis que o coronel poderia atingir. A autora aponta,

(...) o que fazia com que um dos membros da parentela ascendesse às posições de mando eram suas qualidades pessoais para a liderança, reconhecida em geral por seus pares. Fortuna, instrução, casamento, podiam ou reforçar as qualidades pessoais para fazer com que o indivíduo subisse à posição suprema, ou constituíam também por sua vez vias de acesso a ela, independentemente de qualidades pessoais. De que se conclui que a ascensão ao posto supremo, dentro de uma parentela, não era marcado pela herança, o filho do coronel substituindo o pai dentro do grupo de parentes -, mas oscilava de acordo com as qualidades dos candidatos, que eram todos os indivíduos que tivessem a mesma situação sócio-econômica entre parentes. (QUEIROZ, 1977, p. 167-168).

Estudando a estrutura da parentela no Brasil, Queiroz aponta o coronel como seu chefe, cuja principal incumbência era arrebanhar o eleitorado, posto que o voto fosse à forma de barganhar favores e benefícios para si e/ou sua parentela.

Nessa perspectiva, o sistema de parentela é considerado como elo entre os setores político, econômico e de parentesco de um grupo, cuja estrutura garante ao chefe

vantagens indubitáveis no âmbito econômico. Mesmo sendo, em sua maioria, economicamente independentes e autossuficientes, era normal que a parentela oferecesse apoio econômico a seus membros quando estes iniciavam um negócio ou o mesmo apresentava-se arruinado. Era comum, pois, as famílias que constituíam uma parentela se reunissem economicamente quando necessário para garantir o pleno funcionamento da sua estrutura socioeconômica.

Como grupo, apresentava a parentela três aspectos interligados – o político, o econômico, o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada ora de estrutura sócio-econômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividade. Setor público, setor economia, setor parentesco reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria. (QUEIROZ, 1977, p.167).

O discurso de Leal caracteriza o coronel como figura de maior destaque dentro da política municipal, sendo, portanto, características desse chefe as qualidades de comando e uma notável dedicação às tramas políticas. É dele que emanam e são associados os votos direcionados tanto aos candidatos locais, quanto as esferas estadual e federal, essa dominação é reflexo do prestígio social e político. De acordo com essa perspectiva, a esfera de influência exercida dentro da jurisdição municipal é resumida na figura do proprietário rural, visto que a sua situação econômica agregava maiores poderes, de modo que, geralmente, também se estendiam ao coronel funções policiais.

Ao observarmos esse sistema fundamentado pela descrição realizada por Leal (1997), aparecem os traços do interesse, o qual caracteriza a relação entre poder público e poder privado, cujas bases são localizadas na propriedade de terras. Tornando-se visível o que o autor denomina de “binômio”, posto que de um lado encontra-se o fazendeiro, possuidor de grandes lotes de terras e na outra extremidade, os seus dependentes. Dependentes estes veem no coronel um benfeitor, recorrendo a ele sempre que necessário, pois sabem, é o único capaz de lhes conceder favores dentro dessas relações econômicas organizadas no campo. Assim descreve Leal (1997, p. 42-43):

Dentro dessa esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e preferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.

Essa ascendência resulta muito naturalmente da sua condição de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o ‘coronel’ é rico. (...) o roceiro vê sempre no ‘coronel’ um homem rico, ainda que não seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. (...) É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura.

Outra característica de relevância para o pleno funcionamento desse sistema é a ausência do poder público em muitos dos pequenos municípios brasileiros. Fortunato (2008) e Leal (1997) concordam ao afirmar, que o “coronel” tem seu prestígio validado e assim, apresenta condições de exercer, “extra-oficialmente”, funções cabíveis ao Estado, e é nesse aspecto que se fortalece a ideia de domínio do poder privado. Aponta-se, novamente, para a organização agrária do Brasil, sendo ela a responsável pela manutenção desse sistema político, isto é, graças a ela, os partidos estaduais não tinham contato direto como a maior parte do eleitorado, subordinados, ambos os lados, ao intermédio do chefe local, quando mantinha boas relações com o partido do governo estadual, desempenharia irrefutavelmente amplas parcelas da autoridade pública. Temos aqui as origens do sistema de reciprocidade que caracteriza o “coronelismo” nas esferas local, estadual e federal, visto que se o chefe local “arrebanha” e conduz os eleitores, é natural à situação política, a qual domina a jurisdição estadual atenda, nas medidas cabíveis, as demandas do líder político local.

Outro fundamento do sistema coronelístico pode ser encontrado na ideia de Faoro (2004, p. 622),

O coronel antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe - recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador

lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação.

Evidencia-se na fala de Faoro que o poder dos coronéis tem suas raízes localizadas nos primórdios da formação do Estado brasileiro, sendo, portanto, um poder patrimonialista. O autor aponta ainda para o fato do vínculo do poder coronelístico, caracterizado não apenas como um prolongamento do poder privado, mas sendo este um reflexo das posses pessoais do indivíduo. Entretanto, destaca-se ainda que, a riqueza não é o único fator garantidor do poder de mando, Faoro afirma, o poder do coronel é reconhecido pela sociedade, de modo não escrito, mas que acata sua autoridade, sendo por meio desse reconhecimento alicerçado sua liderança. A transição do Império a República agrega ao coronel a exacerbação das funções eleitorais.

Ao analisar o pensamento de Faoro, Fortunato (2008) reconhece, no discurso do autor, a presença da ideia do coronelismo enquanto o exercício de poder que se institui hierarquicamente, apresentando-se, conseqüentemente, como peça-chave do jogo que legitimará o aparelho de Estado, fundamenta-se em consonância com os interesses da elite política, em que exercita o mando local. Segundo Fortunato (2008, p. 32),

Para Faoro, nas relações de poder, o ‘coronel’ seria um elemento eminentemente eleitoral, cuja liderança política se exercitava em decorrência da sua liderança econômica; e o argumento para que o seu poder se legitimasse estaria no aliciamento de eleitores e no preparo das eleições. Todavia, ao nível local, o coronel seria um organizador do seu mundo, inseparável da sociedade agrária, protetor do ‘camponês’, e articulador da sociedade local ao sistema político, econômico e social. Dessa forma, o poder do coronel derivaria mais do seu prestígio e da sua honra sociais, tradicionalmente reconhecidos, do que da sua situação econômica. E as relações de poder, por sua vez, só se configurariam como relações institucionais.

Com base nos discursos aqui analisados, o tema será abordado na perspectiva de identificarmos e analisarmos a formulação do conceito e da imagem do “coronelismo” pelos eleitores triunfenses. Verificaremos até que ponto este conceito e esta imagem se configuram a partir das características e especificidades da trama política do município, e, conseqüentemente, produz um discurso de dominação sob as relações políticas, sociais e culturais da cidade a partir destes termos.

Nessa perspectiva, seguiremos em nossa pesquisa, a partir da escrita do terceiro subtema desse caminho.

### **1.3 - O coronelismo na perspectiva do deslocamento entre o âmbito nacional para o regional.**

As discussões e análises acima apresentadas apontam para a (re) formulação de um conceito múltiplo de “coronelismo”. Leva-nos a considerar que as práticas ditas coronelísticas têm mostrado uma imensa capacidade de adaptação às transformações que se processam na sociedade contemporânea. Apresenta-se por meio desses estudos, um leque de possibilidades de interpretação desse discurso, pois os pesquisadores da temática ainda atuam como dominante sobre centenas de cidades brasileiras, nas quais aparecem resquícios das relações de dependência dos poderes locais, apontadas dentro dessa conjuntura como o meio de existência e manutenção das velhas e viciadas estruturas de dominação política.

Há uma busca de origem do coronelismo para afirmar que os coronéis sobreviveram à morte deste. Essa busca, concebendo a história como linear e contínua, tem por base o entendimento de que a elaboração da imagem do coronel para tentar dar homogeneidade às relações de poder possui um referencial concreto nas práticas políticas que se estabelecem, sobretudo, na ‘Primeira República’, quando o Brasil era considerado um país essencialmente agrário e o Estado era visto como um Estado Patrimonialista (FORTUNATO, 2008, p. 117).

Percebemos no discurso da autora que a historiografia “tradicional” tem buscado uma legitimidade e continuidade da imagem e do entendimento atribuídos ao termo “coronel” no imaginário popular, e ao mesmo tempo, há a tentativa de uniformizar as estruturas de poder que constituem essa ideia, principalmente no que diz respeito ao período da República Velha. Essa legitimidade do tema, para alguns autores com quem Fortunato dialoga, só é possível quando ocorre um deslocado do contexto nacional para o regional.

Tomando como base os conceitos e a imagem construídos através das análises até então realizadas, constatamos por meio dos discursos dominantes que as práticas políticas de caráter coronelista persistiram a morte do sistema político denominado como “coronelismo”, uma vez que, essas estão associadas ao contexto regional e local, vislumbrando assim sua associação ao meio rural, sobretudo nos estados nordestinos.



De acordo com Janotti (1992, p. 8), somente com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, o poder coronelístico entra em declínio, isto por volta dos anos 40, sem, contudo, poder-se falar em seu desaparecimento.

Ao analisar o pensamento de Pang (1979) e Carone (1978), Fortunato (2008) ambos concordam com Janotti no que diz respeito à regionalização do conceito de coronelismo. Nesse sentido, a literatura especializada trata o tema sob dois vieses diferentes: os estados mais adiantados e os estados mais atrasados. O primeiro engloba os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde a relação entre o governo do estado e as oligarquias ocorreria de forma mais equilibrada e vinculada à política partidária; o segundo compreenderia os estados mais atrasados, considerados política e economicamente mais frágeis. Nesse grupo, as relações de poder seriam visualizadas por meio da ação de uma oligarquia.

Baseada em Pang (1979), Fortunato (2008, p.120), aponta que,

No que se refere aos estados ‘menos desenvolvidos’, Pang explica que com o advento da República não se desenvolveram partidos organizados nos estados da ‘Região Norte’ e Centro-Oeste – BA, GO, CE e outros – pela ausência de atividades econômicas dinâmicas capazes de impulsionar o fluxo de capital e de trabalho de uma região para outra. Para ele, no Norte, no Nordeste e Centro-Oeste, prevaleceu uma forma ‘não institucionalizada’ de coronelismo onde nenhum partido surgiu como força dominante.

Percebemos a partir dessa compreensão, que o autor defende a manutenção das práticas ditas coronelistas nos estados do Norte e Centro-Oeste enquanto consequência das relações econômicas e políticas dessas regiões, pois, as mesmas não se desenvolveram no mesmo ritmo no restante do país. Apresentando, desse modo, Pang (1979) coloca como “ausência de atividades dinâmicas”, que inviabilizaram o surgimento de partidos políticos capazes de se sobressairerem enquanto força dominante.

Fortunato (2008, p. 123), ainda cita Carvalho (1997) este estuda as práticas políticas a partir das relações sociais de produção e dos parâmetros da luta de classes, ou seja, a partir de uma abordagem marxista. Para Fortunato (2008, p. 123-124),

A presentificação de práticas coronelísticas ‘eternas’ no jogo da política é apontada por Carvalho como uma questão contraditória e problemática. E, no caso específico do Nordeste, à medida que a positividade da política se localiza no coronelismo é contra ele que, segundo esta autora, todas as lutas políticas adquirem sentido, pois é o fato dessa ‘positividade’ ter sido tão inegável nas montagens das campanhas políticas que torna necessária a recorrência a velhas ou

novas versões do coronelismo, sob um mesmo e eterno código, por parte dos estudiosos desta temática.

Nesse sentido, Fortunato concorda com Carvalho, no que se refere ao Nordeste enquanto lócus de reelaboração e permanência de práticas ditas coronelistas. Esse deslocamento teria sido viabilizado por diversos discursos, tomando-se por base a conjuntura econômica e política da região, onde a manutenção das relações ditas tradicionais e/ou de dominação entre os chamados coronéis e os trabalhadores é encarada como naturais.

Na Paraíba, bem como em todo o Nordeste, as “condições naturais”, favoreceram a elaboração de um discurso de manutenção de relações de poder desiguais e o sistema coronelístico dito oligárquico e visto como um esquema que constitui parte da conjuntura política desenvolvida permanentemente.

Tal “reelaboração permanente” é defendida por Janotti (1997, p. 10) para quem:

Após a Revolução de Trinta, modificações são registradas nas relações coronelísticas, mas não a ponto de determinar sua extinção (...) o mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República, até hoje. O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos.

Essa compreensão é descrita por Fortunato (2008, p. 53-54) como demarcação do funcionamento do discurso acadêmico enquanto um exercício de poder permeado por técnicas e estratégias que possuem efeitos produtivos. Neste sentido, Fortunato questiona:

(...) se ao invés dessa plasticidade na “estrutura do coronelismo” não é o conceito de coronelismo, com seus desdobramentos e deslocamentos – elaborados sobretudo pelos discursos acadêmicos - que tem sido adaptado a qualquer mudança de estrutura, com objetivos bem definidos e previamente elaborados?

Considerando-se a ideia dessa permanência e da tentativa de caracterização das práticas políticas exercitadas no Nordeste a partir do conceito de coronelismo, ainda no final década de 1990, questionamos as relações de poder exercidas no Município de Triunfo – PB, no período de 1961-1968, no contexto do governo Civil Militar, a fim de apreender se e até que ponto elas podem ser caracterizadas como práticas políticas “coronelísticas”.

## **CAPÍTULO II: AS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL NO PERÍODO DO GOLPE CIVIL-MILITAR.**

Ao analisarmos as relações de poder na Paraíba durante o período do golpe civil-militar, percebemos que há um discurso dominante, inclusive dos estudiosos da temática sobre esse período histórico. Esse discurso enfatiza as formas do exercício do poder por meio das instituições políticas partidárias, buscando a partir destas, entender as relações estabelecidas entre o coronelismo e o oligarquismo, e defendendo a ideia de que elas são sustentadas por uma tríplice estrutura de poder: nos Estados, a política dos governadores fortalecia o sistema oligárquico corroborando com o presidente da República e, dessa forma assegurando sua representação no Congresso Nacional, por meio da eleição de deputados e senadores, que seguiam as mesmas práticas. Nos municípios, caberia aos “coronéis” determinar os rumos da política local.

Neste contexto, Skidmore (1988, p. 63-64) ressalta que,

A revolução de 1964 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como *o Jornal do Brasil*, *o Globo*, *Folha de São Paulo* e *o Estado de São Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do Governo Goulart [...] os advogados construíram outra força oposicionista através do seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Conselho Federal bateu palmas à deposição de João Goulart [...] A hierarquia da igreja foi outra fonte de opinião de elite que apoiou à intervenção militar. [...] Quanto aos políticos, o golpe de 1964 apanhou muitos de surpresa. Os civis mais esclarecidos envolvidos na conspiração não perderam tempo, contudo, para usar a intervenção militar em proveito próprio.

Como visto acima, o pensamento de Skidmore pauta-se no claro inconformismo dos setores da sociedade brasileira, sobretudo as elites, em relação à administração de Goulart, num momento em que o Brasil vivenciava uma situação de turbulência pautada pela luta política empreendida pela população que almejava mudanças concretas na conjuntura política nacional, diversos setores da sociedade civil se organizaram e manifestaram seus descontentamentos com a situação. A oposição contou com o apoio de órgãos capazes de difundir uma imagem depreciativa do populismo,

No campo oposto, cabe ressaltar a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959, sob forte influência do clima da guerra fria, e que tinha como principal meta combater a propaganda do comunismo no Brasil. O IBAD, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, possuía contabilidade

própria e apoiou, nas eleições de 1962, candidatos que se opunham às reformas de base e a medidas governamentais de cunho nacionalista. Entre as organizações da sociedade civil que o apoiaram, destacaram-se Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD) e Movimento Sindical Democrático (MSD) (DELGADO, 2003, p. 148).

E foi nesse contexto final do período populista que houve, na Paraíba, uma intensificação das mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais, consequência, ainda, das práticas populistas, e da tentativa de propiciar o avanço do capitalismo no campo.

Durante esse período, a Paraíba era governada por Pedro Gondim (filiação ao PSD), gestão que teve início de modo interino em 1958, continuando por meio das eleições em 1960, sendo considerado o auge do populismo no Estado.

Os registros históricos apontam para uma postura de fidelidade aos princípios populistas por parte do governador Pedro Gondim no início de seu segundo mandato, entre 1961 e 1965, tendo tentado assumir uma neutralidade diante da crescente onda de mobilização dos camponeses no estado, esperando que os conflitos entre estes e os proprietários fossem resolvidos judicialmente.

Durante o período inicial de seu governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios populistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar as ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente. (NUNES, 2009, p.5)

Gondim buscou manter-se imparcial diante dos conflitos. Entretanto, essa postura de imparcialidade do Governo, no dado contexto político e social da época, não impedia que a classe dominante usasse de violência contra os camponeses. A dificuldade em assumir uma postura mais clara estava vinculada diretamente aos grupos com os quais ele havia firmado compromissos desde a campanha eleitoral. Nunes (2009) defende se por um lado Gondim aliou-se com os tradicionais grupos agrários do estado, também contou com grupos de esquerda para eleger-se. Mesmo mantendo-se dúbio e omissos em relação aos movimentos ocorridos durante seu governo, no discurso historiográfico, ele aparece como defensor das reformas de base, entre elas a reforma agrária.

Em 1963 três acontecimentos delinearão um novo rumo à história política do Estado, que se desencadearia por meio das crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda, ocasionando, assim, o rompimento das forças de esquerdas e populares do governo Gondim. Nunes (2009, p. 6) afirma:

Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito. Estas ocorrências são um marco decisivo para o esgotamento “gondinista”, que se consubstanciaria no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Tomando por base a conjuntura política e social do momento, e guiados pelo objetivo de analisar as tramas do poder local no Estado da Paraíba durante o governo civil-militar, percebemos as relações de poder desenvolvidas no período tornaram impossível, por parte de Gondim, a manutenção dos acordos firmados em campanha, uma vez que, ao romper com o PSD e não possuir outra máquina partidária, o mesmo alia-se ao UDN, partido conservador, que asseguraria sua vitória. Porém, as forças populares e de esquerda, tornaram-se naquele momento, indispensáveis a base de sua campanha. Fica claro dentro desse pacto populista o Governador encontrava-se em meio ao embate de duas forças antagônicas, exerceram pressão sobre ele, conduzindo-o a uma vinculação decisiva a um dos lados em questão.

Dentro dessa perspectiva, as ações do governo começam a demonstrar de forma mais clara e definitiva sua vinculação aos grupos conservadores. A partir daí os indícios do seu novo rumo político tornam-se visíveis por meio das alterações no aparato policial do Estado, por exemplo, bem como pelo reforço dos acordos com representantes das Forças Armadas no Estado e a proibição de realizações de caráter contestador em João Pessoa e outras localidades.

Para Cittadino (2007, p.1),

Na Paraíba, o golpe de 1964 encontra forças políticas de direita organizadas e prontas para reagir diante da ameaçadora mobilização das forças de esquerda verificadas anteriormente, ao longo dos anos iniciais do governo de Pedro Gondim. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que passou a ser conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). A APRA exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das propriedades privadas dos seus associados.

O que se percebe com esse novo posicionamento político do Governo do Estado, é uma franca aproximação e sintonia com os interesses das Forças Armadas. Os acontecimentos apontam para o avanço das forças de direita e sua organização para reagir contra o movimento estabelecido pela esquerda, ocorridos antes de 1964.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação de setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Na fala de Cittadino (2007,p.1):

Questionado sobre uma possível articulação civil pré-revolucionária na Paraíba, Joacil de Brito Pereira confirmou a sua existência e declarou: “... alguns deputados estaduais e alguns deputados federais, alguns líderes dos proprietários, das classes produtoras, da indústria, do comércio, mantinham um contato permanente com o Cel. Ednardo d’Ávila Melo depois general, que foi uma espécie de chefe militar na Paraíba. (...) E nós tínhamos esses contatos, ele nos informava permanentemente, não a todos, mas a alguns. Ele mantinha muito contato comigo, com Agnaldo Veloso Borges, e nós, de qualquer forma, representávamos, naquela hora de luta, o esquema civil. Digamos que fôssemos assim uma espécie de chefes sem designação, mas lideranças da área civil na revolução, ao lado da área militar que era chefiada, liderada pelo Cel. Ednardo d’Ávila Melo.

Conforme o depoimento utilizado por Cittadino para esclarecer a organização do golpe de 64 no Estado, percebemos que, como salientado pelo depoente, houve no estado uma organização conjunta entre os setores civil e militar para o movimento. As ligações existentes entre esses dois setores dizem respeito à troca de favores que se tornava possível por meio de tais articulações, ambos os setores mostravam-se descontentes quanto à administração desempenhada pelo presidente.

Ainda no depoimento acima citado, Joacil Pereira de Brito aponta a participação de diversos outros integrantes do esquema civil pré-revolucionário na Paraíba, entre eles: Antonio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Alfredo Pessoa de Lima, cel. Renato Ribeiro de Moraes, Jocelan Veloso Borges, Fernando Gouveia, Renato Ribeiro Coutinho, Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, Flaviano Ribeiro Coutinho, Otávio Mariz Maia, estes membros do UDN; participaram também membros do PSD como: José Afonso Gaioso de Souza, dep. José Fernandes de Lima, Aluísio Pereira, Carlos Pessoa Filho; jornalistas como Sabiniano Maia, José Leal, Antonio Brainer, Otinaldo Lourenço e Dulcídio Moreira.

Em face ao exposto, percebemos que o pensamento de Cittadino aponta para um processo de conspiração que abrangia a organização de falanges de sargentos, cabos e

soldados reformados da Polícia Militar e do Exército, liderados pelo cel. Renato Ribeiro de Moraes, para uma possível luta armada. Ao analisar os acontecimentos dentro dessa organização, a autora, aponta que naquele momento, as forças conservadoras, não hesitariam em iniciar uma luta armada, caso fosse necessário, para implantar, o que denominara de “nova ordem”.

A respeito da participação concreta do Governo do Estado nas conspirações golpistas Cittadino trabalha com a ideia que o Governador tenha sido tomado de surpresa, pois:

Quanto a participação concreta do Governo do Estado na conspiração golpista, nada indica que tenha ocorrido, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. É extremamente viável, devido ao clima existente no país de intensificação dos radicalismos, que se pudesse suspeitar e prever um desfecho por fora do estado de direito e da legalidade à situação crítica vigente no país. Entretanto, é pouco provável que o Governador Pedro Gondim pudesse estar envolvido, a exemplo dos governadores líderes do movimento (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e outros), nas articulações golpistas. Inclusive, a reação imediata de Gondim à emergência do golpe naquele momento preciso, assim como nega que as recentes medidas tomadas em seu governo, imprimindo-lhe uma nova orientação, já tenham sido adotadas visando ao desfecho de um movimento militar de direita: “Raros foram os governadores de estados pequenos que participaram da elaboração revolucionária. (...) A revolução, o movimento, surpreendeu o maior número de governadores de pequenos estados. O governador que veio dizer que participou, que fez parte da elaboração, que foi consultado previamente, que teve entrevistas ... isso ai não é, não. Eu, pelo menos, fui surpreendido com o movimento da revolução. A própria notícia me foi surpresa. De forma que não fiz nada com vistas a prevenir uma posição melhor dentro de qualquer movimento. Tenho a humildade de confessar que não estava participando de entendimentos pró-revolução nem anti-revolução.” (CITADINO, 2007, p.3).

Quando refletimos sobre uma efetiva participação de Gondim em movimentos pré-revolução no Estado, através do discurso historiográfico dominante, nos guiamos pelo estudo de Cittadino, segundo o qual, o governador estaria, na situação acima, em dúvidas quanto a qual posicionamento adotar, por não estar a par de toda conjuntura política desenvolvida no âmbito nacional. Assim sendo, ele opta por reunir-se com seus auxiliares. Os indícios apontam que parte do secretariado do Estado optou de imediato o rompimento com o Governo Federal e a adesão ao golpe, e parte, defendia o apoio a João Goulart. Gondim teria ficado neste impasse até a chegada dos coronéis Ednardo d’Ávila e Plínio Pitaluga, em que cobraram do governador uma postura oficial. .

Cittadino (2007, p. 4) coloca que,

A definição da posição de Gondim, contudo, ainda não seria tomada neste momento, mas apenas na manhã do dia 1º de abril com a chegada do líder do Governo na Assembléia, Antonio Vital do Rego. A partir daí, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças janguistas e, sobretudo, a importância do momento para a sua sobrevivência política, Pedro Gondim elabora a nota de apoio ao movimento revolucionário.

Como vemos no trecho acima, a decisão tomada pelo governador Pedro Gondim foi de extrema importância por assegurar-lhe a permanência no Governo do Estado, bem como sua liberdade, uma vez que, caso tivesse optado a fazer oposição ao movimento, além de deposto seria preso.

A instalação do golpe militar surpreendeu também as forças de esquerda da Paraíba. Nunes (2009, p. 8-9) ressalta,

Na noite de 31 de março, após as notícias de eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade de Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antonio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação.

Por meio dos relatos do autor, percebemos que houve no Estado uma tentativa de resistência ao golpe por parte das forças de esquerda, entretanto, era uma ação inviável, pois, como aponta Cittadino (2007) os grupos de esquerda encontravam-se frágeis e sem a organicidade necessária em tal conjuntura. Vemos ainda, de acordo com esse discurso propagado pelos estudiosos, o golpe teria recebido apoio da sociedade civil. Nesse período, também houve uma ampla repressão, ao qual foi denominado de ideologias subversivas, tanto no campo como nas cidades, esse tipo de ação, segundo os registros históricos foi realizado tanto por parte da Polícia Militar e do Exército, quanto por meio da ação de milícias particulares dos proprietários rurais. Como vemos, a



violência instalou-se no Estado e no país, por meio do AI-1<sup>2</sup>, manifestando-se de diversas formas,

A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis invadida engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil como um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apóia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. A Assembléia Legislativa, através do projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Arroxelas. E a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes, José da Silva Gomes, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguições a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. (NUNES, 2009, p. 9).

Julgamos necessário ressaltar as transformações ocorridas no campo político após a instalação do governo civil-militar no país, pois, como explicitado acima, a conjuntura política e social do Estado da Paraíba sofreu intensas transformações, que repercutiram na política dos municípios, e isso se deve, na perspectiva historiográfica, as ações empreendidas pelo Governo Federal e Estadual contra as forças de esquerda e as tentativas de lutar contra a instalação de uma nova ordem pelos militares, que se articulava com parte das elites civis do Estado.

Portanto, por meio da interpretação da historiografia aqui explicitada, percebe-se no Estado da Paraíba, uma tendência a manutenção do discurso tradicional de que as elites locais têm conseguido se adaptar as mudanças ocorridas no âmbito das relações de poder com o passar do tempo, agindo por meio de táticas e astúcias, permitindo a permanência, em suas mãos, do controle da máquina estatal, de tal modo que as práticas políticas deste período se coadunam com as ditas práticas coronelísticas. Nessa

---

<sup>2</sup> Decreto emitido em 9 de abril de 1964, e que serviu como mecanismo de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais.

perspectiva, seguiremos em nossa pesquisa, a partir da escrita do segundo subtema desse capítulo, expondo os principais acontecimentos da historiografia referente à Triunfo-PB.

### **2.1. O Município de Triunfo – PB: um breve relato histórico.**

Por meio da análise de discursos da historiografia, percebemos o desenvolvimento das relações sociais no interior do Brasil, sobretudo no interior do Nordeste brasileiro, distingue-se pela tentativa de preservação de elementos estagnados das antigas relações sociais europeias, que, possivelmente adaptaram-se as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, cujas relações teriam embasado as estruturas de poder, gerando suas próprias teias. Segundo Janotti (1992, p 8), essa dominação de classes não envolve apenas o aspecto político, apresentando inúmeras implicações ao longo do processo histórico no qual se forma a sociedade brasileira.

Após uma breve reflexão sobre o momento histórico, dedicamos a nossa pesquisa na perspectiva de analisar a conjuntura em que se desenvolveram as relações de poder na Paraíba durante o governo civil-militar, e as influências que estas relações exerceram no discurso histórico “tradicional”, julgamos necessário contextualizar o cenário político e econômico inserida na cidade de Triunfo-PB na década de 1960.

O município de Triunfo está localizado na mesorregião do sertão paraibano e ocupa 219,866 km<sup>2</sup>. Limita-se ao Norte com os municípios de Uiraúna, Bernardino Batista e Santarém; ao Sul, com o município de Santa Helena; ao Leste com São João do Rio do Peixe e Poço de José de Moura e ao Oeste, com o estado do Ceará. Pelo censo de 2010 contava com uma população de aproximadamente 9.220 habitantes, sendo cerca de 65% residentes na zona rural.

Assim como os demais municípios da região, e tantos outros do interior do Brasil, Triunfo enfrenta problemas referentes ao desenvolvimento da sua economia, os quais são constantemente relacionados a causas naturais, como os longos períodos de estiagem enfrentados pelo município, entretanto, devemos considerar também as razões políticas, a atuação do órgão federal para combater as secas que em delíto das potencialidades locais tende a usufruir do drama do sertanejo. Janotti (1992, p. 45), assim descreve:

Nas pequenas cidades, sem atividades econômicas diversificadas, não se desenvolveram funções urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, as reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase absoluta da produção industrial conferiam-lhes uma fisionomia rural. Pontos de encontro entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos, estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias, muito mais do que centros impulsionadores de transformações progressistas.

Do ponto de vista da infraestrutura em 1961 quando emancipado, o município apresentava condições precárias foram realizadas pequenas obras estruturantes que garantiam, minimamente as condições básicas à administração municipal, tais como o primeiro grupo escolar, o primeiro chafariz público, o calçamento de algumas ruas etc.

No que diz respeito à economia, dispunha de um comércio pouco desenvolvido, a principal atividade é a agricultura, ao analisarmos os dados do IBGE, fica claro que a produção agrícola e pecuária do município estava voltada para a subsistência. Portanto, Triunfo não apresenta intensas relações comerciais com os municípios vizinhos. Produziam-se cereais, leguminosas e oleaginosas. No que diz respeito à pecuária, destacam-se a criação de bovinos, suínos, equinos, asininos, muares, ovinos, caprinos, galináceos, e a produção de leite e ovos.

Assim como apontado por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1993), em seu estudo “Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba”,

O que caracteriza fundamentalmente o Nordeste durante a Primeira República é o tipo de sociedade - agrária- onde a classe dominante dos grandes proprietários de terra é hegemônica no campo e nos pequenos núcleos urbanos. (...) Com a degradação do escravismo (...) essas famílias que detinham o poder econômico passaram quase automaticamente, salvo algumas exceções, a exercer o poder local, com alguns municípios tornando-se verdadeiras propriedades de poucas grandes famílias. (FERREIRA, 1993, p. 41-42).

Pautados nesse pensamento, podemos perceber que cidade de Triunfo, no período estudado, ainda obedecia a essa lógica estrutural dos latifúndios, registrando a presença de “moradores e meeiros”, característica considerada ainda “arcaica” da estrutura agrária, não só no Brasil, mas na América Latina, em geral. Não há registros de movimentos sociais de grande ênfase, e conseqüentemente, a Igreja mantinha em suas mãos o maior poder de mobilização populacional. As Associações Municipais se encontravam vinculadas a ideias da política local, servindo apenas de instrumentos para burlar o poder judiciário no diálogo com órgãos oficiais na tentativa de arrebatar pequenos benefícios visando a aquisição de votos.

Ressaltamos aqui, o histórico do município registra, ainda, um fato de grande importância, considerado por antigos moradores como um divisor de águas no campo econômico, a chegada de um grupo de quarenta negros, vindos da cidade de Pombal no ano de 1953, quando Triunfo ainda era localidade pertencente a São João do Rio do Peixe. Esse grupo, denominado de “Os quarenta” chegou à localidade em um período de escassez de mão de obra para a agricultura, e cujas condições climáticas favoreciam a atividade. Os quarenta foram recebidos por aqueles que detinham melhores condições econômicas dentro da localidade, e eram considerados membros da “elite triunfense”. A fixação definitiva do grupo na localidade impulsionou a balança comercial, uma vez que, contribuiu para o aumento da produção agrícola e possibilitou um importante crescimento econômico para a localidade.

Cabe ressaltar também que as influências dos quarenta não se restringiram apenas ao campo econômico, pois ao atentarmos ao âmbito cultural do município, é possível percebermos a inserção de elementos culturais tradicionais da cultura negra, tais como a Banda Cabaçal, fundada ainda em Pombal, com estilo predominantemente folclórico, composta por instrumentos de percussão, sanfona, pífano e lanças.

A história política de Triunfo não se diferencia da maior parte das pequenas cidades do interior do Nordeste brasileiro, marcada pelo esquecimento das autoridades nacionais, pelo comodismo local, a desinformação sobre a vida nacional e as transformações, que direta ou indiretamente, geram mudanças dentro das próprias relações locais.

Cabe aqui apontar, orientando-nos pelo discurso historiográfico, percebemos que no município de Triunfo apresentam-se traços que remetem as antigas relações de apadrinhamento, sendo essas características de fácil identificação. Tais relações são fortalecidas pela própria população, tendo suas raízes nas relações agrárias, as quais posteriormente foram incorporadas pelo coronelismo,

A elite proprietária de terras, através do esquema familiar, mantinha-se à frente, ao mesmo tempo, de suas propriedades e de dos cargos políticos municipais e estaduais, existindo, assim, uma espécie de divisão de funções no meio familiar ou parental. (FERREIRA, 1993, p. 43).

No cenário político e social triunfense apresentam-se facilmente, comportamentos de submissão, assemelháveis às tais práticas ditas “coronelísticas”, que

marcaram as relações políticas desenvolvidas no país, sobretudo, durante a República Velha.

Triunfo está ligado ao Cartório Eleitoral de São João do Rio do Peixe. Incluindo a lógica do loteamento de colégios eleitorais, ainda em uso, em 20 de dezembro de 1961, por meio da Lei Estadual nº 2.637 sancionada pelo Governador Pedro Gondim, Triunfo até então Distrito de Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe), torna-se município para encantamento de um grupo que desde meados de 1959, articulava-se para este fim. Em 28 do mesmo mês, instala-se o município, um marco, que atendia a necessidade dos habitantes do senso de unidade e, iniciava, também, a história local das disputas, tragédias, etc., levando a população, pouco a pouco, a uma alternância entre o desalento e a esperança em dias melhores.

De acordo com o periódico Triunfo em Foco (DEZEMBRO, 2004, p11),

A luta pela emancipação política do município de Triunfo teve seu ponto alto a partir de uma reunião realizada no dia 31 de agosto de 1959, na residência do Senhor Joaquim Moreira da Silva (localizada hoje na Rua Sete de Setembro), tendo a frente então o Deputado Estadual Acácio Braga Rolim e com a presença de diversas personalidades locais, destacando-se os Senhores Joaquim Moreira da Silva, Raimundo Donato de Oliveira (vereador à época), Antônio Adriano de Andrade, Raimundo de Moura Mousinho e Francisco Mangueira de Andrade, que integravam a comissão responsável pela delimitação geográfica do novo município e assumiram os trabalhos burocráticos e a articulação política, que culminaram com a nossa independência político administrativa, por força da Lei nº 2.637 de 20 de dezembro de 1961, sancionada pelo então Governador Pedro Moreno Gondim, sendo o município instalado oficialmente em 22 de dezembro, data em que se comemora o dia da cidade.

Em 1957, o município de Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe, já contava com o Distrito de Brejo das Freiras, na mesma região onde se localizava a comunidade de Triunfo, motivo que inviabilizava sua emancipação, pois a comunidade deveria passar primeiro pela condição de distrito. Pressionado politicamente, o prefeito de Antenor Navarro, Manoel Fernandes Dantas, transferiu o distrito do Brejo das Freiras para Triunfo, por meio da Lei 145 de junho de 1957, fortalecendo assim, a campanha criada por pessoas da comunidade e aliados, que teria sua vitória máxima em dezembro de 1961.

De acordo com o pensamento de Ferreira (1993, p. 44), no “comando” do campo político, cada município contava com, no máximo, meia dúzia de grandes famílias. No caso de Triunfo, inicialmente, as articulações da campanha emancipatória de 1961 na

comunidade foram dirigidas por José Claudino de Paula, então vereador de Antenor Navarro. Representando a comunidade triunfense, ele dirigira as reuniões com as famílias que se destacavam economicamente na época, tais como os Teodoros, os Moreiras, os Félix, os Mangueira, os Rosendo, os Santanas, que ocupavam os estratos sociais mais elevados na comunidade.

Já como Distrito, os representantes do movimento triunfense se organizaram e se articularam com a capital do estado, apoiados pelo então deputado Acácio Braga Rolim e, em seguida, com o jornalista e secretário de Estado do Governo de Pedro Gondim, Hilton Muniz de Brito. Foi por intermédio de Hilton Muniz de Brito, enquanto Secretário de Interior e Justiça, Antonio Duarte de Aquino, popularmente conhecido como Atécio, foi nomeado o primeiro prefeito interino do município de Triunfo, governando de 28 de dezembro de 1961 a 10 de novembro de 1962. Os registros relacionados à primeira gestão do mesmo levam a crer que o desenvolvimento da comunidade, ficou limitado à instalação do poder e à instituição da infraestrutura para o funcionamento do mesmo.

Acerca do processo de sucessão do prefeito Atécio, os registros arquivados no município indicam que João Ferreira de Alencar, (este vindo de outro município), candidato da União Democrática Nacional (UDN), foi apoiado por ele, e concorreu a eleição com José Liberato Sobrinho, comerciante de grande influência na cidade, este apoiado pelo místico e curandeiro José de Moura, figura de forte influência em toda a região. Atécio conseguiu eleger João Ferreira de Alencar como seu sucessor, fortalecendo assim sua liderança dentro do município.

Em campanha eleitoral as promessas de melhorias de vida eram feitas nos palanques em vésperas da eleição, mas principalmente nas articulações e relações pessoais por meio de apadrinhamentos, protecionismos e os diversos usos do poder enquanto instrumento de conquistas. De acordo com Janotti (1992), desde o Império, os municípios brasileiros eram verdadeiros feudos políticos sob o domínio das autoridades locais. Com a implantação do regime republicano, esse poderio floresceu – o chamado coronelismo, e se perpetuou sempre por meio de táticas e estratégias de acomodação.

Em Triunfo não foi diferente, as famílias economicamente mais determinantes formavam grupos ou monopólios que configuravam o exercício do mando político local, boicotando aos que iam de encontro a seus interesses.

Atécio, homem cujas ações oscilavam entre o desafio e a violência, foi responsável por algumas das obras de infraestrutura que beneficiaram os moradores do município, sobretudo quando, João Ferreira de Alencar, o elegeu seu sucessor em 1966.

Assim sendo, João Ferreira de Alencar governou o município até 31 de janeiro de 1967, pois conseguira eleger seu aliado Atécio, no pleito ocorrido em 1966. Atécio conseguiu derrotar, nas urnas, José Bernardino e Estácio Cirilo de Sá, não constam nos registros aos quais tivemos acesso a filiação partidária dos candidatos citados. O que demonstra mais um traço de personalização dos jogos do poder.

Contudo, houve posteriormente, o rompimento de João Ferreira de Alencar com Atécio, redundando, em 31 de janeiro de 1967, num fato que marcou e transformou a história do pequeno município de Triunfo no que diz respeito a alternância do poder político: o assassinato de João Ferreira de Alencar a tiros em plena via pública, em 28 de setembro de 1968, por Atécio.

Este fato demonstra que os embates políticos ocorriam entre os que se encontravam no exercício do poder, muitas vezes, reelaborando as alianças e até levando as vias de fato.

É tanto que, após o assassinato de João Ferreira de Alencar, a Câmara Municipal de Triunfo divulgou um decreto de três dias de luto oficial no município. Atécio solicitou afastamento do cargo de prefeito por 60 dias, mas após uma semana, obteve permissão da própria Câmara, para retomar suas atividades legais.

Apesar do sentido altamente político atribuído ao assassinato de João Ferreira por Atécio, na época, o estopim estava muito mais relacionado a pequenas intrigas apadrinhadas pelos grupos políticos locais. Maria Isaura P. de Queiroz (1997, p. 164), assim define essa relação,

Dentro de uma dualidade estrutural como esta, disputas e violências eram muito mais intensas de uma ‘metade’ para a outra ‘metade’, do que no interior dos grupos que as formavam, muito embora não estivessem também ausentes no interior destes. Porém os coronéis se devoravam entre si, muito mais do que devoravam seus apaniguados; ‘situação’ e ‘oposição’ se chocavam em entreveros sangrentos, muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados.

A fala de Queiroz corrobora com a ideia de que era comum esse tipo de comportamento por parte dos chefes locais, hora uniam-se, hora enfrentavam, tanto no campo eleitoral, quanto pela violência que frequentemente instalava-se nos municípios. Observando o fato ocorrido em Triunfo sob a luz desse discurso, Antonio Duarte de

Aquino semeou não só rixa política, mas principalmente rancor pessoal. Findou por protagonizar no município sua morte, matador e vítima, o caso ficou conhecido na capital como “Bang-Bang à Italiana”, restou à população passiva, a vergonha de ser manchete estadual por uma tragédia.

Após essa tragédia, a população permaneceu pobre, esperançosa e dependente dos grupos políticos que discutiam calorosamente entre si. Contudo, apesar de Famílias separadas, dramas pessoais, pendengas políticas, e a vida no município continuava, o então vice-prefeito, Vicente Egídio dos Santos, assumiu o poder e governou até 1970.

Atécio ficou conhecido no município não só pela liderança política, mas por sua personalidade e decisões violentas, a exemplo do já citado caso do assassinato de João Ferreira de Alencar.

Com base nos fatos aqui analisados, podemos interpretar tais acontecimentos no campo social e político triunfense enquanto características de um total desrespeito aos procedimentos legais e éticos que deveriam permear a cena política.

Diante do exposto, observaremos abaixo as relações de poder exercidas no município de Triunfo-PB durante os períodos eleitorais entre 1961 e 1968, a fim de apreender até que ponto, durante o período estudado, as relações de poder possuem traços do dito “sistema político coronelista”.



## **CAPÍTULO III: AS RELAÇÕES DE PODER EXERCIDAS NO PERÍODO ELEITORAL EM TRIUNFO (1961- 1968).**

### **3.1. Um compromisso coronelístico?**

Para pensar a política local de Triunfo, fez-se necessário analisar as relações de poder e a conjuntura social e política do Estado, entre as décadas de 1950 e 1960, ao trilharmos esse caminho, voltamos nossos olhares para os partidos políticos vigentes na Paraíba, e em Triunfo, considerando suas formações e seus significados a partir do recorte temporal estabelecido.

De acordo com os estudos referentes ao período, esse foi o momento em que ocorreu a criação dos principais partidos políticos brasileiros que agiram entre as décadas de 1940 e 1960: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com Delgado (2005, p. 15),

A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista bastante heterogêneo que agregava setores de diversas correntes ideológicas, aos poucos vai sendo dominada por uma elite conservadora (apesar de nunca ter tido uma verdadeira “unidade”) não conseguiu deixar de lado sua origem autoritária e proprietária.

A fundação da UDN ocorreu em abril de 1945, como podemos observar na fala de Delgado nesse primeiro momento o partido apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República. Voltando-se, portanto, contra os princípios do Estado Novo. Esse grupo político era composto por “antigos coronéis”, que defendiam a propriedade privada e os grandes latifúndios.

Já o PSD, foi fundado em julho de 1945, por um grupo de interventores aliados a Vargas. Os partidários do PSD apoiaram a candidatura do general Erico Dutra, ex-ministro de Guerra no Governo de Vargas, e por ele apoiado. Nacionalmente conhecido como símbolo da democracia, o partido foi responsável pela permanência de Vargas no governo. Entre seus membros, podemos destacar dois grandes nomes da política nacional: Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Nessa mesma época também foram criados outros partidos – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido de Representação Popular (PRP); Partido

Trabalhista Nacional (PTN); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Social Progressista (PSP). Porém, estes tiveram menos destaque em relação aos que já foram citados. Vieira (2006, p 37-38), aponta que,

O PSD nasceu logo

após a queda da ditadura de Vargas. Era constituído por representantes da burguesia industrial e comercial e era chefiado na Paraíba pelo interventor Ruy Carneiro. A UDN se formou nos embates políticos contra a ditadura de Vargas e era ligada à burguesia algodoeira e exportadora de base rural. Na Paraíba, era comandado pelos dois maiores líderes, José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo. O PTB era representado por getulistas, tendo como base de apoio comerciários, funcionários públicos, bancários etc.

O PSB era constituído, em sua maioria, por profissionais liberais. O PSP estava sob liderança de Adhemar de Barros. O PCB era constituído pelos oposicionistas à ditadura de Vargas, sendo comandado, na Paraíba, pelo advogado João Santa Cruz.

Ao voltarmos o nosso olhar para a trama política da Paraíba, percebemos que tiveram destaque no Estado, durante esse período, a UDN, cujas principais representações eram José Américo de Almeida e Argemiro Figueiredo, e o PSD, liderado por Ruy Carneiro. Cabe ressaltar que outros partidos políticos também estiveram envolvidos nessa trama: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PSP (Partido Social Progressista), o PDC (Partido Democrático Cristão) e o PPS (Partido Popular Sindicalista).

Em Triunfo no início da década de 1960, o PSD e a UDN constituíam a trama partidária municipal. Quanto à indicação de Atécio para prefeito do município no momento da emancipação, pode ser aqui interpretada enquanto desejo da elite e da “situação” política do Estado.

Diante da conjuntura política e econômica do município de Triunfo, cumpre ressaltar que em sua primeira gestão, Atécio fez uso de táticas que, por vezes, reproduziam as práticas políticas tidas como “tradicional”, possivelmente, conseguiram se adaptar as estruturas econômicas locais. Tais mecanismos consistiam na realização, com apoio do seu grupo político, de atos de assistencialismo à população carente do município, tornando visível seu caráter humanitário e criando a imagem de liderança local, objetivando, de tal maneira o fortalecimento do seu prestígio político como benfeitor o que lhe asseguraria sua manutenção no exercício de poder do município. Essa dependência de grande parte da população em relação às tais práticas por ele

realizadas nos permite apontar as possíveis ligações entre assistencialismo e a aquisição de votos. O chefe político local torna-se na visão popular, o provedor dos benefícios e assistências por ela requeridas. O grupo político dominante aproveitava-se dessa situação para assegurar o fortalecimento da sua liderança. No caso de Atécio foram essas práticas tidas como “tradicionalistas” da cultura política nordestina que projetaram e embasaram sua imagem como líder político em Triunfo.

As relações de barganha são apontadas por Queiroz (1997, p. 160) como “a consideração do voto como uma posse, que marca os eleitores diante dos respectivos chefes (...)”. Ao analisar o pensamento de Jean Blondel (1957), Queiroz (1997, p. 160) mostra que: “O voto destes cidadãos constituía, pois, um bem cujo valor era conhecido, o que lhes permitia ‘barganha-lo’ contra favores e benefícios.” Era uma prática considerada normal em períodos eleitorais o ato de “presentear” os eleitores e suas famílias, revelando a presença das práticas de compra de votos no município,

No entanto, cumpre não esquecer que a obtenção de votos nem sempre se exprimiu pela maneira benigna da barganha, uma vez que se encontrava inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico. A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregados e tão usuais quanto os favores e os benefícios. (QUEIROZ, 1997, p. 160-161).

O pensamento de Blondel (1957) ao caracterizar as relações de barganha em todo o Estado da Paraíba no contexto da década de 1950, se coaduna com determinadas práticas políticas vivenciadas no município de Triunfo na década de 1960, pois a própria conjuntura do sertão contribuiu de forma significativa para a “necessidade” de a elite manter a ordem dentro de sua zona de poder, seja por meio de favores, cooptações ou mesmo por meios violentos. Ressaltamos aqui que não há o conhecimento de nossa parte do uso abusivo da violência e crueldade contra os cidadãos triunfenses, entretanto, as hipóteses do uso de tais mecanismos de dominação não devem ser descartadas.

Quanto ao desenvolvimento das tramas do poder local e do processo de sucessão de Atécio nos documentos aos quais tivemos acesso não constam informações relevantes a esse respeito. Os registros indicam a formação de uma aliança entre Atécio e João Ferreira de Alencar, que vindo de outra comunidade consegue derrotar na campanha de 1962, o senhor José Liberato Sobrinho, figura de prestígio local, apoiado

pelo místico José de Moura. Esse processo marca o início da história de disputas e tragédias dentro das relações política do município, pois,

(...) entre chefes políticos maiores e menores, em luta ora latente, ora violenta uns contra outros, fazendo e desfazendo alianças, disputando o poder local, de um lado, e do outro, o regional, pela busca de apoio dos chefes políticos da família (...). (QUEIROZ, 1997, p.159).

Guiados pelo pensamento de Queiroz percebemos o uso da violência entre os chefes políticos envolvidos no jogo pelo poder é apontado no âmbito regional como práticas de comum reprodução na região Nordeste, sobretudo em pequenos municípios. De acordo com esses discursos, considerando as práticas vigentes em Triunfo no decorrer da década de 1960, vemos o registro de relações de embate de forças entre a própria elite dominante que, ora se aliava em torno de interesses comuns, ora entrava em atrito pelo domínio político e social, culminando no “apadrinhamento”, nas rixas, pessoais e políticas, dos chefes que comandavam os grupos locais e chegando a determinadas situações as vias de fato.

Quanto ao poder Legislativo em Triunfo, entre 1962 e 1966, era composto por sete vereadores, sendo quatro filiados a UDN: José Vicente Egídio, José Liberato de Oliveira, Cícero José da Silva e Joaquim Lopes Monteiro; e três ao PSD: Estácio Cirilo de Sá, Francisco Monteiro da Silva e José Benedito de Sousa. Ao observarmos os registros referente à atuação do Poder Legislativo Municipal, percebemos a inoperância ou, como podemos caracterizar uma simples corroboração do mesmo com o executivo local, apresentando em seus registros, unicamente, a aprovação de contas e emendas orçamentárias e requerimentos de interesse do executivo. Assim, seguiremos para o segundo subtema do nosso percurso.

### **3.2. Bang-bang: da violência à alternância do poder.**

Considerando o desenvolvimento das práticas políticas de Triunfo-PB, podemos perceber que a mesma acompanha de perto certos traços da cultura política brasileira e, sobretudo, paraibana. De acordo Lewin (1993), o período que nos propomos analisar, apresenta características políticas conservadoras, e nele vivenciara-se certa dificuldade para administrar as localidades. Tal contexto resultava da falta de recursos para

realizações de obras importantes que possibilitassem um bom desenvolvimento municipal. A autora assenta,

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive a nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma revelação surpreendente, se considerarmos a sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo e da doença em muitas partes dos estados nordestinos. Embora numa escala bastante reduzida, também sobrevive um dos traços distintivos do coronelismo, as lutas familiares, relembrando aos estudiosos do comportamento político e social que ainda é possível estudar a política de família onde o meio que historicamente lhe deu condições de existência tenha permanecido em grande parte inalterado. (LEWIN, 1993, p. 367).

Lewin aponta a conjuntura social e econômica nos estados do Nordeste como fator que favoreceu o fortalecimento desse discurso de manutenção das práticas coronelísticas.

Observando dados referentes ao município de Triunfo, a qual tem sua história marcada pelo latifúndio, percebe-se que foram preservadas as relações tidas como “coronelísticas”, uma vez que, como toda a região, Triunfo enfrentava problemas com o desenvolvimento de sua estrutura e economia e grandes partes dessas dificuldades é sempre associada às condições naturais da região. Assim, o município permaneceu essencialmente agrícola, tendo seu rumo econômico e político determinado pelos interesses da “elite” local.

A eleição ocorrida em 1962 marcou a história política dessa cidade, ocasionando significativas mudanças nas relações desenvolvidas nas tramas políticas locais. Os registros apontam para o estabelecimento da aliança entre, o então prefeito Atécio e João Ferreira de Alencar ligado ao UDN, visando derrotar politicamente José Liberato Sobrinho membro do PSD.

Durante o pleito as promessas de melhoria eram feitas nos palanques e, principalmente, nas articulações e alianças, através do uso de táticas e estratégias referenciadas pelo poder público para cooptação de votos, sobretudo da população mais humilde, e do favorecimento das famílias economicamente mais estabelecidas no município. Tais “instrumentos” de conquista eleitoral já eram parte das táticas comumente utilizadas pelos candidatos.

Nessa perspectiva, podemos inferir com Lewin (1993), que a política paraibana não passou por transformações tão intensas ao longo do tempo. Portanto, caracterizaria

apenas adaptações que possibilitaram a permanência de muitas das práticas vigentes na República Velha. Trazendo para o nosso campo de investigação, é perceptível que essas adaptações ocorreram em ritmo mais lento que nos grandes centros urbanos. Viabilizando a manutenção de táticas do exercício político por meio de mecanismos como apadrinhamentos, protecionismos, entre outros abusos de poder.

Com relação à gestão de João Ferreira de Alencar, que ocorreu conjuntamente com o governo civil-militar, os registros historiográficos da cidade nos levam a compreensão **de certa** desinformação da população e **de distanciamento** das lideranças políticas municipais em relação à conjuntura política federal.

Considerando o rádio como o único veículo de comunicação da época, o qual estava presente em poucas casas, economicamente mais privilegiadas, é notório que a população triunfense permanecesse impossibilitada para ver um fenômeno nacional de proporções tão profundo como algo que, direta ou indiretamente, atingisse sua realidade.

Fortunato (2008, p. 32) afirma que,

Para Faoro, nas relações de poder, ‘o coronel’ seria um elemento eminentemente eleitoral, cuja liderança política se exercitava em decorrência da sua liderança econômica; e o argumento para que o seu poder se legitimasse estaria no aliciamento de eleitores e no preparo das eleições. Todavia, ao nível local, o coronel seria um organizador do seu mundo, inseparável da sociedade agrária, protetor do “camponês”, e articulador da sociedade local ao sistema político, econômico e social. Dessa forma, o poder do coronel derivaria mais do seu prestígio e da sua honra sociais, tradicionalmente reconhecidos, do que da sua situação econômica. E as relações de poder, por sua vez, só se configurariam como relações institucionais.

Esse discurso defende a existência de uma estrutura política, cujo chefe político local seria a peça-chave de um jogo de poder, baseado na relação entre seu prestígio e honra, bem como em sua fortuna. Essa combinação possibilitaria ao “coronel” guiar os rumos políticos da sua localidade dentro dos reais interesses das elites dominantes, devido à falta de protagonismo político da população.

A partir da observação dos jogos de poder, nas eleições analisadas no município de Triunfo – PB, podemos inferir que os discursos aqui trabalhados defendem a ideia da manutenção de uma estrutura política, a nível local, tida como “arcaica” ou “tradicional”, viabilizada pela inexistência de transformações socioeconômicas profundas e pela persistência de características políticas nitidamente coronelistas,

devido ao fato das relações de poder ser consideradas no âmbito institucional e não se fundamentarem em relações político-partidárias, mas, personalistas. Neste sentido, reconhecemos o fato de que,

Notadamente, o conceito de coronelismo, assim como a imagem do coronel, foi elaborado intencionalmente com o objetivo de criar certa dizibilidade para as relações de poder que se exerceram no Brasil, ao longo de sua história. Essa dizibilidade, por sua vez, possui suas implicações, pois possibilita que as relações de poder sejam ditas e vistas de uma determinada forma e não de outras. Por isso, os discursos dos autores que se apropriam desse conceito e dessa imagem, para analisar as relações de poder e/ou abordar a política, acabam se tornando semelhantes, mesmo quando eles assumem posições teóricas e metodológicas diversas, ou mesmo opostas. (FORTUNATO, 2008, p. 153).

No entanto, tentar apontar a existência e/ou o fim das relações de poder no município de Triunfo- PB, durante a década de 1960, como sendo de dominação política e econômica, torna-se bastante complexo. Se as análises realizadas buscaram apontar possíveis desdobramentos do sistema dito “coronelístico” dentro da trama política desenvolvida em nível local, é porque, o desenvolvimento das tramas políticas é visto, como apontado por Fortunato (2008, p. 154): se não “ como relíquia que entrava”, como “arcaísmo que se moderniza”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou de abordar as questões referentes ao estudo das relações de poder local no município de Triunfo PB.

Como vimos a história política vem se renovando a cada dia e as pesquisas sobre o tema vêm crescendo gradativamente. Os estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento das tramas políticas municipal são inovadores e têm sido elaborados por meio do uso de críticas e questionamentos, de modo que, a historiografia “tradicional” defende como sujeitos históricos os grandes nomes e seus feitos têm sido deixados de lado.

A partir dessa compreensão, esta temática tem sido trabalhada sobre novas perspectivas, o que permite a problematização de antigos mitos e estereótipos presentes na historiografia.

César Barreira (1995, p. 11), por exemplo, ao estudar o coronelismo no Ceará, afirma que na década de 1960, evidencia-se uma terceira fase nas relações entre proprietários de terra e moradores devido às mudanças nas relações de trabalho no sertão, a expulsão dos moradores do interior das propriedades, a concomitante troca da cultura de algodão pela pecuarização e os conflitos isolados entre os proprietários e os camponeses em decorrência das expulsões e da quebra dos antigos laços de parceria entre eles. Nesse contexto, os proprietários já não se apresentam como “antigos coronéis” avessos a mudanças, mas como “novos empresários” que buscam conviver com o “moderno”.

No entanto, ainda, é recorrente a ideia de que a estrutura coronelista é parte predominante das tramas políticas tecidas pelas elites para assegurar-se no exercício do poder não só durante a República Velha, sobretudo no que diz respeito à região Nordeste considerado lócus de perpetuação da referida estrutura.

Passando a analisar os jogos da política no município de Triunfo - PB, percebemos no período estudado as relações de poder se configuram muito mais pelo embate personalista do que por relações partidárias, traço considerado característico ou enunciativo do “coronelismo”. Assim, articulações e alianças, como vimos, se davam por meio do uso de táticas e estratégias referenciadas pelo poder público municipal para cooptação de votos, sobretudo da população mais humilde e do favorecimento das famílias economicamente mais estabelecidas no município.



Neste sentido, podemos interpretar estes dados como um reflexo da própria formação histórica do município, baseada em relações autoritárias e conservadoras, tanto no campo social quanto no político. Assim sendo, nos pleitos eleitorais analisados as relações de barganha e a instituição de lideranças se fortaleciam à medida que as lideranças locais assumiam o exercício do poder no município, por meio da repetição de “tradicionais” práticas da cultura política brasileira em Triunfo.

Verificamos nos discursos que enunciam a ideia de perpetuação do coronelismo, o desenvolvimento econômico do Nordeste, sobretudo do interior, como é o caso de Triunfo-PB, ocorreu de forma muito lenta, o qual possibilitou a preservação de traços do referido sistema no seio de relações sociais autoritárias e conservadoras, fato que ignora por completo os princípios constitucionais do país e as teias microscópicas que perpassam as relações de poder.

Portanto, podemos inferir por meio dos textos e dos discursos analisados, mesmo quando ocorreram pequenas mudanças no sistema político paraibano, a ideia é de que, na sociedade triunfense as elites conseguiram adaptar-se e manter o “monopólio do poder” a seu favor, mesclando elementos da cultura “tradicional” com o moderno, guiando os rumos do município segundo seu próprio desejo, reeditando traços do antigo sistema coronelista, tais como a influência sobre as camadas mais populares carentes e o controle da mesma, seja pelo campo econômico ou através de outros artifícios de cooptação ou convencimento.

Notamos, ainda, que há predominantemente no município de Triunfo-PB, condições que favorecem a reprodução de práticas, as quais nos remetem a esses compromissos estabelecidos entre elite local, e os governos estadual e federal, corroborando para uma história de fortalecimento de antigos problemas econômicos e sociais, que se arrastam por décadas e alimentam-se dessa trama. Assim sendo, é como se mascarada pelo véu da modernidade, as “tradicionais” práticas da cultura política brasileira tais como o mandonismo, o filhotismo<sup>3</sup>, o nepotismo<sup>4</sup>, a desorganização dos serviços públicos locais, etc. venham se sustentando de maneira semelhante ao que se instituiu outrora.

---

<sup>3</sup> Favoritismo

<sup>4</sup> É o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos, em detrimento de pessoas mais qualificadas, especialmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos.

## REFERÊNCIAS:

ANDRADE, José Ribamar. **Processos políticos da cidade de Triunfo** (da violência a alternância do poder 1961- 1966). Disponível em: <http://triunfohistoria.blogspot.com.br/2010/07/processo-politico-da-cidade-de-triunfo.html>

Acesso em 14 de agosto de 2010.

BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder - Conflitos Sociais no Sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957. 2ª. ed. Reimpressão (facssimilar), Assembléia Legislativa - PB. João Pessoa, A UNIÃO, 1994.

CARONE, Edgard. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889-1930)**. 4ª. Edição, S. Paulo/Rio de janeiro: DIFEL, 1978.

CARVALHO, Rejane M. Vasconcelos. Coronelismo e Neocorelismo: eternização do quadro político do Nordeste. In: SIQUEIRA, Deis E. (org.). **Relações de Trabalho, Relações de Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CITTADINO, Monique. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba 1966-1971). In. **Saeculum** – Revista de História. Ano 13, nº 16. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História. Jan./Jun. 2007.

DELGADO, Marcio de Paiva. O Jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955. In. **Anais do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 16. ed. – São Paulo: Globo, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: EDUFPB, 1993.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito do coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. – Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 8. ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar**. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993. @ 1987.

Pang (1979) PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1934) - A Bahia na Primeira República Brasileira**. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979. © 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, T. III, v. 1, p. 115-190.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, José Marconi Gomes. **São José de Piranhas:** Eleições e Partidos Políticos (1947-1964). João Pessoa: F & A, 2006.

#### **Outras Referências:**

Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Triunfo – PB / 1961 – 1966. Acervo da Câmara Municipal de Triunfo-PB.

TRIUNFO EM FOCO. Triunfo-PB, Periódico da Fundação Francisca Fernandes Claudino. Edição especial de lançamento: Ano I-Nº01- Dezembro de 2004.

TRIUNFO EM FOCO. Triunfo-PB, Periódico da Fundação Francisca Fernandes Claudino. Edição especial de lançamento: Ano II-Nº02- Junho de 2005.

TRIUNFO EM FOCO. Triunfo-PB, Periódico da Fundação Francisca Fernandes Claudino. Edição especial de lançamento: Ano III-Nº03- Dezembro de 2006.

Relatórios dos Resultados de Eleições – TER-PB. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 17 de março de 2013.

# ANEXOS